



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 830/2024  
Data: 18/04/2024 - Horário: 16:55  
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2024

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA  
ENCENAÇÃO DA ÚLTIMA EXECUÇÃO  
POR PENA DE MORTE NO BRASIL,  
OCORRIDA NO MUNICÍPIO DE  
PILAR/AL, NO CALENDÁRIO  
TURÍSTICO E DE EVENTOS OFICIAIS  
DO ESTADO DE ALAGOAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

**Art. 1º** Fica incluído no Calendário Turístico e de Eventos Oficiais do Estado de Alagoas, da ENCENAÇÃO DA ÚLTIMA EXECUÇÃO POR PENA DE MORTE NO BRASIL, a ser realizado anualmente no dia 28 de abril, na cidade de Pilar/AL.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió,

18 de abril de 2024.

  
**FÁTIMA CANUTO**  
Deputada Estadual



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO

**JUSTIFICATIVA PARA O PROJETO DE LEI**

**A HISTÓRIA**

Numa emboscada, o capitão de guarda nacional João Evangelista de Lima e sua esposa Josepha Marta de Lima, proprietários do Hotel Central, no município de Pilar (AL) foram brutalmente assassinados a pauladas. Os acusados pelas mortes foram os ex-funcionários e escravos Francisco, Prudêncio e Vicente. Os réus foram condenados pelo juiz da comarca de Pilar à pena de morte e prisão perpétua.

Após cometerem os assassinatos, os escravos buscaram refúgio em outras cidades. O escravo Vicente fugiu para o Engenho Hortelã, localizado no município de Marechal Deodoro (AL), mas foi capturado. Já Francisco e Prudêncio fugiram para a cidade de Pesqueira (PE). Em confronto com a polícia, Prudêncio morreu e Francisco foi capturado.

Vicente e Francisco ficaram presos por dois anos e até a condenação da justiça. O juiz deu o veredito final com a condenação de pena de morte a Francisco e a Galé Perpétua (prisão perpétua) a Vicente. O imperador Dom Pedro II não se pronunciou sobre a situação do escravo Vicente, que morreu na prisão, e negou o pedido de “Graças” ao escravo Francisco, condenado a morrer na forca. Após a execução de Francisco, Dom Pedro II determinou a extinção da pena de morte com a Proclamação da República e a edição do Código Penal de 1890.

**A ENCENAÇÃO**

Em Alagoas, a encenação lembra os 148 anos da última execução por pena de morte no Brasil, ocorrida às 13h do dia 28 de abril de 1876. O espetáculo conta também com uma exposição de escrituras e jornais da época que relataram o caso do escravo Francisco.



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
**GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO**

Ao todo, 60 profissionais são envolvidos na encenação do drama do escravo começa após a celebração de uma missa, realizada na Igreja Nossa Senhora do Rosário, onde o escravo pede para fazer a sua última oração antes de ser morto. O juiz dá o veredito e lê a condenação do escravo. O cortejo percorre cerca de três quilômetros pelas principais ruas da cidade com destino ao sítio Bonga, onde a forca o espera. Mulheres choram, o padre reza, enquanto o juiz e o carrasco do escravo negam aos pedidos e levam Francisco para a forca erguida no sítio. Este é o momento final da encenação, que dura cerca de uma hora e meia.

Pelos motivos anteriormente relatados e, com a finalidade de valorizar o espetáculo teatral, auxiliando no seu regular funcionamento que apresento o presente projeto de lei para apreciação dos nobres colegas deputados e deputadas desta Egrégia Casa Legislativa, solicitando, desde já, o apoio para a tramitação e aprovação desta proposta.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió,

18 de abril de 2024.

  
**FÁTIMA CANUTO**  
Deputada Estadual